

O 'excesso de dívida' do País

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Brasil sofre de um excesso de endividamento de US\$ 30 bilhões, causado pela "política monetária dura e rígida, adotada pelo governo dos EUA entre 1981 e 1982 que, sob argumento de combater a inflação, fez com que as taxas de juros subissem de forma astronômica, inviabilizando a nossa situação". A afirmação é do diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, em boletim oficial de circulação interna, **Linha Direta**, publicado ontem. Na entrevista, que aborda assuntos relativos à sua área, Freitas classifi-

ca esse endividamento excessivo de "caroço da dívida".

O diretor do BC assinala que o desenvolvimento brasileiro recente foi baseado na contratação de empréstimos, mas em consequência do incremento "exagerado" dos juros, esse projeto fracassou. Freitas concorda com as teses do ex-ministro da Fazenda, Dílson Funaro, segundo as quais "a negociação da dívida tem que ser abordada pelo lado político". "Assim — acrescenta —, a atual postura do Brasil é afirmar internacionalmente que o endividamento excessivo não é decorrente de uma má gerência dos nossos negócios, mas sim, dessa atitude atípica do governo dos EUA".

Segundo Freitas, o País busca, agora, prazos mais longos para o pagamento da dívida, o refinanciamento automático para a defesa das flutuações — 77% da dívida externa está vinculada a juros flutuantes, ajustados semestralmente — e uma nova sistemática de refinanciamento dos juros, ou seja, ao invés de o Brasil pagar integralmente os juros vencidos, transformar-se parte deles em novos empréstimos. "Não podemos pagar por uma coisa que não criamos, pois não fomos nós os provocadores da exacerbação das taxas flutuantes". Freitas observou que o próprio mercado financeiro norteamericano possui uma sistemática de "seguro" quanto às flutuações das taxas de juros.



Freitas: juros inviáveis